

Meritocracia começa a superar preconceitos

Guilherme Abreu Lima

Para muitos a implantação de um sistema que valorize a meritocracia entre os profissionais da educação é um importante passo no caminho da evolução. Por meio dela seria possível criar mecanismos mais eficientes de avaliação de resultados e, assim, reconhecer e valorizar os melhores profissionais. "A meritocracia nas escolas ainda é muito rara, é uma palavra que causa arrepios", diz Ilona Becskeházy, diretora executiva da Fundação Lemann. "Colégios que adotam a meritocracia abertamente, como o Bandeirantes, em São Paulo, sofrem preconceito.

" Para Ilona, provas como o Enem (aplicado pelo governo federal para avaliar o ensino médio) , quando realizadas com regras claras e transparência, se tornam um incentivo às instituições com cultura meritocrática. A medida que é possível comparar as notas, escolas se sentem motivadas a ter melhores resultados. O governo do estado de São Paulo é um dos pioneiros no país na implementação de sistemas diferenciados de remuneração na educação.

Por meio do programa Bônus por Resultado, equipes que superarem as metas estabelecidas para cada escola podem receber até 2,9 salários extras por ano. Já com o programa Valorização pelo Mérito, 20% dos professores que cumprirem regras de promoção e tenham notas mínimas em avaliações anuais podem ter seus salários aumentados e, em certos casos, até quadruplicados.

"O preconceito contra a meritocracia vem sendo gradualmente vencido. Temos pesquisas de opinião que indicam apoio dos pais", diz o secretário de Estado da Educação, Paulo Renato Souza. Segundo ele, 196 mil profissionais já foram beneficiados pelo bônus nas escolas paulistas. No entanto, a iniciativa enfrenta resistência nos sindicatos dos professores. "Por que há bônus para somente 20% dos professores, e não para todos?", questiona Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e membro do Conselho Nacional de Educação.

As regras do funcionalismo público, criadas para evitar interferências políticas com mudanças de mandatos, acabaram se tornando uma barreira para mudanças profundas na educação.

"Todos os sistemas de gestão esbarram no corporativismo. E a legislação beneficia o corporativismo que não muda em função do corporativismo", diz Eduardo Andrade, professor do Insper.

Defensor da meritocracia, ele avalia que "um diretor deveria ter autonomia de administrar a escola, montar a equipe e também responder pela falta de resultados" . Andrade ressalta a importância de serem criados meios eficazes de avaliação para evitar distorções. "Na cidade de Chicago (EUA), professores eram remunerados em função das notas dos alunos até que se descobriu que os professores estavam passando cola para os próprios alunos para aumentar as notas. Incentivos incorretos geram distorções", diz.

Fonte: Brasil Econômico, São Paulo, 26 fev. 2010, Primeiro Caderno, p. 29.